

**O OLHAR VIAJANTE ‘EM BUSCA DO DESCONHECIDO’: A AÇÃO  
MEDIADORA DE LEOLINDA DALTRO<sup>1</sup>**

*Paulete Maria Cunha dos Santos<sup>2</sup>*

**Resumo:** A partir do contato que teve com um grupo indígena Xerente no Rio de Janeiro, Leolinda de Figueiredo Daltro aprendeu a lutar pela causa indígena. Os próprios índios já procuravam organizar-se para obter representação política. Leolinda publicou em 1920 uma *codificação* de documentos que imprimiu sua épica viagem ao Brasil central e seu trabalho com os ‘autóchtones’ nos sertões do norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, na passagem do século 19 para o século 20. Entre a notoriedade e o ridículo apareciam nos jornais da recém instaurada República notícias da professora e sua coragem na ação ‘civilisadora’ empreendida entre os ‘selvagens’ da ‘Mãe Pátria’. Nesse universo pretendemos refazer a sua travessia com o intuito investigar a realidade social com um duplo *olhar* – o que significa *olhar* um ponto específico com a especificidade de um *olhar*.

**Palavras-chave:** Leolinda Daltro; Mediadora; Ação ‘civilisadora’ entre os ‘selvagens’.

**Abstract:** From the contact that I had with an indigenous group Xerente in Rio de Janeiro, Leolinda de Figueiredo Daltro learnt to fight for the indigenous cause. The Indians sought to organize themselves in order to obtain political representation. Leolinda published in 1920 a *codification* of documents that printed her epic trip to central Brazil and her work with 'autochthonous' in the backlands of northern Goiás, known today as the Tocantins State, in the passage from the 19th to the 20th century. Between the notoriety and ridicule appeared in newspapers in the newly established Republic news of the teacher and her courage in 'civilizing' action undertaken among the 'wilds' from the 'Motherland'. In this universe we want to redo her journey in order to investigate the social situation with a double *look* - which means *looking* at a specific point with the specificity of a *look*.

**Keywords:** Leolinda Daltro; Mediator; 'Civilizing' action among the 'wilds'.

Um ‘album’ que virou livro. *Da catechese dos indios no Brasil. Noticias e documentos para a Historia (1896-1911)*,<sup>3</sup> é um exercício de *codificação* – prática de rememoração – que nos deixou Leolinda de Figueiredo Daltro. Nascida na Bahia e falecida no Rio de Janeiro.<sup>4</sup> Migrou para a então capital federal ainda no apagar das luzes do Império para trabalhar como professora, provavelmente para prover sua extensa família de cinco filhos, aos quais dedica seu livro. Quem é essa mulher? Heroizada e santificada em sua ‘missão’ de catequista, outras vezes, apontada como anti-Cristo.

A multiplicidade da atuação de Leolinda e sua articulação com uma extensa rede de relações é um fio condutor para o historiador. Giovanni Levi, em uma entrevista a Darío Barriera, supõe que o relevo do papel do historiador está em tornar-se protagonista da investigação, tanto como da realidade investigada (1999: 2). Seguindo sua orientação, podemos investigar a realidade social com um duplo *olhar*, o que significa *olhar* um ponto específico com a especificidade de um *olhar*. É o olhar que faz a História? Chegamos a outro ponto ou outro nó? Não, pois, no caso de Leolinda, estamos tratando de uma rede social peculiar, e sua principal artífice ainda mantém o fio suspenso.

### **Seu ‘album’, companheiro inseparável**

Michelle Perrot nos fala sobre a irrupção da presença e da fala femininas como uma novidade do século 19. Ocorreu também a distinção entre as esferas pública e privada. Não que houvesse uma divisão dos sexos, entretanto, o mundo econômico e político era prioritariamente destinado ao homem (2005: 9, 34-35). Essa referência parece nos dar sentido ao espaço e ao tempo em que Leolinda se manifestou publicamente. Impôs de certa forma sua presença, sua fala e sua escrita, em suma, dissipou o silêncio e imprimiu inquietude, o que provocou um claro desconforto em alguns representantes da elite fluminense, comprovado, sobretudo, através da imprensa.<sup>5</sup> Nesse momento, não optamos por uma história das mulheres, enquanto proposta metodológica para dar conta de nosso objeto. Contudo, entendemos que as experiências e as formas de registro da memória de Leolinda estão conectadas à sua condição e ao seu lugar na família e na sociedade (*Ibid.*: 39-40).

No seu ‘album’,<sup>6</sup> cada documento reunido nos oferece um micro universo de sua atuação. Embora sua escrita mais densa apareça no prólogo como ‘Explicação necessária’<sup>7</sup> (p. i-xxvi), seu pensamento e comportamento são apontados no relato *seleccionado* de cada um dos personagens (incluindo instituições) que compõem a ampla rede. O que significa na microanálise investigar a rede das relações em que o indivíduo se articula em uma determinada sociedade.<sup>8</sup> A passagem a seguir imprime a articulação de Leolinda na sociedade regional, na cidade de Natividade (1898), então norte de Goiás:<sup>9</sup>

Senhora! Sou forçado pelo dever de cidadão, embora rude sertanejo, para quem só o instrumento do trabalho grosseiro é conhecido, a dizer alguma coisa em vosso “album” já que se trata da alta e melindrosa questão da catechese dos índios cherentes (nossos vizinhos) e que como testemunha ocular sou chamado pela consciencia a emittir minha opinião (Daltro, 1920: 159).

Já nas primeiras páginas encontramos “Quando me dispuz a seguir para as aldeias [...]” (p. v): o que isso significa para Leolinda? Qual a imagem que uma mulher cidadina tem das aldeias no “longínquo” território entre os rios Araguaia e Tocantins? De que maneira se constituiu sua ação inédita e independente do Estado e da Igreja no que se refere a uma educação indígena laica? Como ela se dirige aos índios? Como eles a ela se referem? Qual a importância de sua ‘missão’? São estas e outras inquietações que tentaremos apresentar ao longo de nossa explanação.

Era a época de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil. Leolinda, de acordo com sua “natureza”, exercia o magistério como professora municipal da primeira escola do sexo masculino da Barra da Gávea. Enquanto isso, nos jornais da capital circulavam notícias dos recém-chegados ‘Cherentes’<sup>10</sup> à cidade, à “civilização”. O calendário marcava julho de 1896. *O Paiz* publica,<sup>11</sup> dentre inúmeras matérias, uma intitulada “Capitão Sepé”, sobre o chefe dos Xerente da aldeia Providência, localizada à margem do Tocantins nos sertões [do norte] de Goiás. Joaquim Sepé Brasil não veio só. Estava acompanhado por mais quatro da ‘tribú’: Cumen-nancé (Bernardo), Debaqueró (Domingos), Decapsicuá (Marcellino) e Dabanharim<sup>12</sup> (Sebastião). A viagem, que durara quase seis meses, de acordo com as declarações de Sepé, tinha como principal objetivo reivindicar terras e educação junto ao presidente da República.<sup>13</sup> “Eu faço o que posso...vou buscar bugre no matto, com geito trago elle para o aldeamento, trato

elle bem, elle depois vae contar a outros e outros vêem. Mas eu não sei nada, não sei escrever, não posso ensinar os pequenos que vão nascendo, me dóe o coração de ver tanta gente sem ser aproveitada!” (Daltro, 1920: 2).

Os conteúdos das matérias registradas nas páginas iniciais do livro imprimem surpresa, admiração e também o alarde da imprensa fluminense com a chegada do grupo Xerente (: 1-27). Um dos jornalistas de *O Paiz* pede perdão a Sepé por estar alojado no chão do corredor lúgubre e fétido de uma ‘enxovia’ junto ao depósito dos presos, onde ficaram até que se rebelaram e evadiram. Certamente por longa prática de estratégias de fuga e enfrentamento no contato com colonos e missionários em Goiás, durante os séculos 18 e 19. Enfim, após inúmeras turbulências, foram acolhidos pela ‘intrépida mocidade’ da Escola Militar com direito a passeio de bote e encontro com as águas salgadas. Imaginemos a situação em que foram expostos por um dos delegados de polícia que vestiu Sepé em fraque e cartola e o levou até o teatro Recreio Dramático. Indignados com a maneira desprezível com que estavam sendo tratados os ‘pobres e ingênuos selvicolas’, os jornalistas solidários à situação, que já se arrastava por longos dias, cobravam uma posição do Chefe de Polícia da capital Dr. André Cavalcanti [d’Albuquerque]. A tudo que solicitavam tinham como resposta o “amanhã”, desde roupas limpas até a audiência com o chefe [Presidente] do Brasil, a qual foi finalmente realizada somente após quase trinta dias, entretanto, sem atender às suas esperanças.

Chama-nos a atenção a descrição do *modus vivendi* e o entusiasmo com o relato de Sepé sobre a sua prodigiosa aldeia, ‘um lugar invejável de fazer crescer água à boca’, onde estão todos dedicados ao trabalho da lavoura e criação de aves e porcos. Não se tem notícia de um assassinato, furto ou infidelidade conjugal.<sup>14</sup> Mais instigante é a noção de corpo e de caráter presentes na linguagem,<sup>15</sup> que segue descrevendo os aspectos alegres, vivos e inteligentes de Cumen-nancé. Enquanto Dansan-equequá seria hercúleo, altivo, moço forte, tipo guerreiro de arco e flecha. Por sua vez, Debaqueró é descrito como um rapaz vigoroso e de fisionomia inteligente. Já Decapsicuá, de olhos pequeninos e remelosos, seria velho na idade, porém de músculos rígidos, forte de ânimo e tirava repetida fumaça de um cachimbo rústico [de bambu]. Capitão Sepé, sempre bem disposto, de fino trato, falaria regularmente português. Eis um legítimo ‘elemento da catequese’! Por fim, *O Paiz*<sup>16</sup> demonstra com certo orgulho a exposição

em seu salão de uma fotografia onde está o chefe da ‘tribu’ e os seus companheiros de jornada.

Leolinda, certamente uma leitora assídua dos jornais, sensibilizada com a situação do grupo Xerente e, especialmente, identificada com a ‘missão’ de educar decidiu acompanhá-los no retorno aos sertões. Sem dúvida dividida por uma grande turbulência entre os que a apoiavam e os que a censuravam. Uma professora catedrática da sociedade carioca poderia se envolver com “problema de índio”? Da *Gazeta de Notícias* (25/07/1896), veio apoio à jornada, como indica o título de um artigo, “Abnegação”:

Disposta a seguir para o sertão de Goyaz para levar luz aos pobres Cherentes, não trepida deante dos meios nem dos incommodos inerentes a semelhante sacrificio, só vê deante de si uma obra meritoria e patriótica. [...] Ninguém melhor do que uma senhora estaria no caso de desempenhar-se dessa missão civilisadora, e quanto a nós só temos palavras de entusiasmo para exaltar á abnegação e patriotismo dessa brasileira que se destacou dos moldes communs (Daltro, op. cit.: 21-22).

Imaginemos Leolinda,<sup>17</sup> ainda no final do século XIX, como uma mulher que circula na imprensa das duas principais capitais brasileiras, São Paulo além da capital federal, considerando os jornais como um espaço de acesso e circulação da palavra e que em certa medida modelam a esfera pública. Contudo, nesse período, esta esfera pertence preferivelmente aos homens. Como Leolinda conseguiu visibilidade, isto é, sair do silêncio e obter a palavra pública? Por que uma proposta laica de educação indígena movimentou intensamente a opinião pública?

### **Cumpriu seu ‘*desideratum*’?**

Sobre as experiências da memória feminina, Perrot considera que há uma tripla operação: “(...) acumulação primitiva, rememoração, ordenamento do relato – [as quais] estão imbricadas com as relações masculinas/femininas reais e, como elas, são produtos de uma história” (Perrot, *op. cit.*: 43). Leolinda nos parece ter exercitado esta tripla operação da memória. A primeira porque fez de seu ‘album’ de viagem uma arte cumulativa de comunicação escrita, pois nele contém o relato de testemunhos de pessoas ilustres e comuns na forma de cartas, de atestados de autoridades regionais

(Goiás) e nacionais, de abaixo-assinados e até de uma sumária contabilidade. A segunda, rememoração, está presente na justificativa de Leolinda em somente publicar o livro após vinte anos dos acontecimentos, ou seja, em 1920. O que indica uma prática de reinterpretação dos momentos mais significativos e, portanto, revividos por ela. Por fim, sobre a terceira operação, o ordenamento do relato, inexistente uma rígida sequência cronológica dos fatos, contudo, Leolinda organiza o livro em duas partes, a primeira com o subtítulo *Noticias e documentos* refere-se ao contato inicial com o grupo Xerente até a viagem propriamente dita (1896-1900) e a segunda parte, *A minha acção pelos autóchtones na Capital Federal* apresenta sua obstinada luta de quase uma década (1908), circulando por várias instituições e congressos ‘de notabilidades’ com o objetivo de criar a Associação de Protecção e Auxilio aos Selvicolas do Brasil. Enfim, esta tripla operação dita de outro modo certamente considera que este “documento-monumento” representaria um atestado final de sua ‘missão’ em educar os índios nos sertões de Goiás e Mato Grosso. Vejamos:

Por isso, tomei a deliberação de apressar a publicação, - primeiro, dos documentos que possúo e que como precusores do meu livro vão sem commentarios, sem notas explicativas, sem uma referencia siquer, adiando para mais tarde, se não me abandonarem as energias que ainda me restam, a narrativa dos factos a que taes documentos alludem e servem de ponto de apoio. [...] Se vier a fallecer antes de alcançar o meu desideratum, levarei pelo menos o consolo de haver, por documentos fidedignos, revelado o sufficiente para o Juizo da Historia (Daltro, op. cit.: xx).

Pode-se retomar seu discurso citado referente aos documentos fidedignos, pois revelariam o suficiente para o ‘Juizo da Historia’. Leolinda desejava ser reconhecida publicamente e, certamente, imprimir uma identidade, ‘catechista leiga’ ou ‘missionaria’. O receio da morte antes de cumprir seu ‘*desideratum*’ significa que seu *desejo* maior seria finalizar a narrativa dos fatos e por isto se entende, apresentar publicamente as suas ‘Memorias’. Outra característica é a sua permanente preocupação com a lembrança e a memória que deixaria a seus filhos depois de morta, porque uma lembrança falsa ou a memória do ridículo poderiam magoá-los. Confirma que um dos motivos que a impulsionou a publicar os documentos foi ‘por amor de seus filhos’ Alcina, Alfredo, Oscar, Leobino e Aurea, aos quais dedica o livro na primeira página. Na segunda faz um pedido de perdão ao seu filho Alfredo, que por não conseguir dissuadi-la da viagem resolveu acompanhá-la ‘como bom filho’. Essa postura cruzada

entre o individual e as “tradições herdadas” talvez nos indique as tensões de Leolinda em seguir o “padrão” da maioria das mulheres de sua contemporaneidade e apresentar mudanças.

Leolinda declara que parte de suas ‘Memórias’ já estava escrita. Porém, não cabe a nós ao revisitar o documento prognosticar entre o verídico e o inventivo. Preferimos considerar outras proposições, como por exemplo, a que trata da possibilidade de um *arquivo pessoal*. Leolinda reuniu em seu álbum os relatos de viagem já mencionados, colecionou as matérias que circulavam nos periódicos, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo, a correspondência recebida de contatos de ordem pública, mas também de seus filhos e amigos. Mas uma impressão nos parece de maior relevo, Leolinda imprimiu simultaneamente à sua *prática de arquivo* a *ação de mediadora*,<sup>18</sup> além de catequista ou “antropóloga” como já era reconhecida.<sup>19</sup> De que maneira? Após seu retorno ao Rio de Janeiro continuou o registro de sua atuação na tentativa de criar uma associação de proteção aos ‘autóctones’ tornando-os ‘cidadãos úteis’. Apenas para nomear algumas das relações sociais estabelecidas no papel de mediadora, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1902); o Congresso Pan-Americano (1906); e a União Cívica Brasileira (1906). Após concretizar a instalação da já referida Associação (1º/09/1908), fez o pedido de ser nomeada independentemente de remuneração para o cargo de ‘Missionaria Civilisadora dos Índios de Goyaz’ (1909), o que foi recusado. Eis que surgiu uma derradeira tentativa, o 1º Congresso Brasileiro de Geografia (coincidente com a data da independência de 7 a 16/09/1909) e Leolinda apresentou um Programa de ensino laico – o denominou ‘Memória’ – à Comissão de Etnografia. Também recusado. Prontamente redigiu uma Moção e, finalmente, obteve a aprovação do Programa (não a execução). Em todos os atos públicos da capital estava D. Leolinda (como era citada) com os ‘seus índios’ (assim os mencionava).

Ao considerarmos os documentos selecionados e organizados por Leolinda como *arquivo pessoal* citamos Priscila Fraiz, pois faz a defesa que, no campo da arquivística moderna, o arranjo de papéis privados leva em consideração seu caráter orgânico, perceptível pelo processo de acumulação, o que significa aplicar-lhes os mesmos princípios de proveniência e do respeito à ordem original de arquivos públicos. Sendo assim, uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para

fins históricos. O valor de prova legal é característica dos documentos públicos, mas se alargarmos esse conceito, também se pode dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem é que reside seu valor de prova. Nessa perspectiva, o olhar do usuário do arquivo – o pesquisador – capta, daquele conjunto, as “provas” de que precisa para sua pesquisa. Portanto, “sendo o valor informativo o preponderante, a determinação do arranjo deve ter como horizonte a pesquisa histórica” (1998: 3-7)

### **O olhar viajante – palavras finais**

As notícias do retorno de Leolinda à capital nos confirmam outra categoria, *o olhar* do viajante e a narrativa. Já na primeira página de sua ‘Explicação necessária’, ela se refere:

[...] a incomparavel viagem; da grandeza e belleza do mais rico pedaço do Mundo – Goyaz! –; das immensas riquezas abandonadas e muitas ainda ignoradas e espalhadas sobre e sob o seu sólo, que, exploradas, fariam do Brazil o mais rico paiz da América; da sua prodigiosa fauna e flóra; do ineditismo da vida indigena com toda a sua simplicidade e encantos; [...]  
(Daltro, op. cit.: i).

Nesse momento, nos valem aqui da história da alteridade e *o olhar* viajante na percepção de dois autores. O primeiro François Hartog (1999) quando considera a representação para si do outro – *o olhar* ocidental –, ao ver como os gregos da época clássica representaram para si os outros, os não gregos. O segundo, Sérgio Cardoso (1988), porque as viagens lhe parecem uma ocasião privilegiada para intensificar o exercício cotidiano do *olhar* na busca de exploração da alteridade. O que pode ser traduzido na busca de um ponto de intersecção entre história (temporalidade) e etnologia (espacialidade). O que nos parece de fundamental importância para provocar interrogações sobre as especificidades do ofício do historiador e sua relação com o passado e o presente. O historiador viaja no tempo (e lugar) com o intuito de constituir seu objeto de estudo. Essa viagem tem um começo e um final, entretanto, é na travessia ao dialogar com seus personagens (e fontes) que pode ter a chance de encontrar consigo mesmo. É um momento de experiência da alteridade já delineada na própria identidade.



A atenção em sua viagem também aparece nos periódicos do Rio de Janeiro por ocasião de seu retorno. O *Jornal do Commercio* (13/12/1900) publica “A excursionista acaba de chegar, e sentimos não poder dar com toda a minuciosidade a narração que nos fez de sua temeraria empreza”. Também *O Dia* (25/05/1901) apresenta uma matéria com uma chamada no mínimo inusitada, “Em busca do desconhecido”, e anuncia que “iniciará brevemente a publicação da aventureosa viagem da brasileira D. Leolinda Daltro, no cumprimento espontaneo de uma missão heroica e abnegada nestes tempos de indiferença tão egoista que chega às vezes a parecer criminosa” (Daltro, *op. cit.*: 347; 361).

A par desse contexto, denominamos o arquivo privado de Leolinda enquanto uma *codificação*,<sup>20</sup> o que já referimos, pois se situa para além de uma prática de rememoração, seleção, organização e reinterpretação do vivido. Ou seja, aqui retomamos o *duplo olhar* do historiador em dois sentidos convergentes. No primeiro, a nossa protagonista realizou uma viagem em busca do desconhecido – *o outro* – e, no segundo, se desejarmos protagonizar nessa investigação, haverá certamente um duplo encontro: o da protagonista consigo mesma ao buscar a alteridade e o nosso com o teatro de sua memória. Em uma palavra, na sua *codificação* está representado também um *duplo olhar*, o da civilização ocidental e o da tradição indígena.

## Referências

- BARRIERA, Darío. Crisis y resignificacion de la microhistoria. Una entrevista a Giovanni Levi. *Prohistoria*, Rosario, Argentina, p. 1-4, 1999.
- CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto. (org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 347-360.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1992] 2003, p. 133-154.

CERTEAU, Michel de. Etno-Grafia: a oralidade ou o espaço do outro: Léry. In: CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 211-242.

CORRÊA, Mariza. Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro. In: CORRÊA, M. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 107-139.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

GIRALDIN, Odaír. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, O. (org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2002, p. 109-135.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do Outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 31-39.

KARASCH, Mary. Catequese e cativo, política indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1992] 2003, p. 397-412.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-161.

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, P. (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006, p. 31-66.

MOREIRA NETO, Carlos de A. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005. p. 149-197.

NAXARA, Márcia Regina C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da UnB, 2004. p. 9-80.

OLIVEIRA-REIS, Francisco C. *Aspectos do contato e formas socioculturais da sociedade Akwë-Xerente*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2001.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 9-26; p. 33-43.

ROCHA, Elaine P. *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935) - patriotismo, indigenismo e feminismo*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2002.

## Notas

---

<sup>1</sup> Trabalho aceito no XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: 50 anos, USP, São Paulo, 2011. Para o artigo ora apresentado realizamos algumas modificações no texto original.

<sup>2</sup> Doutoranda do PPG de História na Unisinos, e professora na Congregação do curso de História da Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Porto Nacional. Bolsista Fundo Pe. Milton Valente.

<sup>3</sup> Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. Faz-se necessário avisar ao leitor que optamos por preservar a ortografia do documento. Também utilizaremos aspas ‘’ nas expressões transcritas do livro como ‘album’, ‘missão’, dentre outras.

<sup>4</sup> Uma biografia extensa é realizada por Elaine Pereira Rocha e apresentada como tese de doutoramento em História Social na USP (2002). De acordo com sua pesquisa, Leolinda nasceu em 1859 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1935, em consequência de um atropelamento em uma das principais ruas da capital.

<sup>5</sup> O livro apresenta as matérias jornalísticas colecionadas por Leolinda nos principais periódicos da capital federal, São Paulo capital, Minas Gerais e Goiás. Essas matérias fazem referências a Leolinda, o que atesta sua circulação na imprensa por mais de uma década (1896 – 1911).

<sup>6</sup> Leolinda assim o definiu: ‘album’ porque contém registros de inúmeros testemunhos dos lugares por onde passou, desde a saída definitiva de São Paulo capital (1897) até o retorno à capital federal (1900), passando por Uberaba-MG e sua ‘missão’ entre os ‘selvícolas’ nos sertões do norte de Goiás e Mato Grosso.

<sup>7</sup> Dentre outros documentos, Leolinda ainda apresenta no livro um Programa e uma Moção no 1º Congresso Brasileiro de Geografia (1909); cartas abertas ao público (1902; 1908); as Atas da Associação de Proteção e Auxílio aos Selvícolas do Brasil e entrevista para dois jornais, *Correio da Manhã* (1906) e *O Paiz* (1909).

<sup>8</sup> Consultar o método da microanálise em LEVI (1992) e GINZBURG (1989).

<sup>9</sup> Atual Estado do Tocantins. Criado em 5 de outubro de 1988, o Estado do Tocantins foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1989.

<sup>10</sup> Etnia Xerente do grupo Jê, que vive hoje (em área demarcada) às margens do Tocantins e do Sono, no município de Tocantínia (anteriormente S. Sebastião de Piabanhas), atual Estado do Tocantins. Sobre os Xerente e outros povos indígenas no Brasil central, consultar GIRALDIN (2002). Sobre a política indigenista em Goiás nos séculos 18 e 19 ver KARASCH ([1992] 2003), CARNEIRO DA CUNHA ([1992] 2003) e MOREIRA NETO (2005).

<sup>11</sup> Dentre os documentos que compõem o livro de Leolinda há dezenas de cartas, atas, abaixo-assinados, atestados, fotos e jornais do RJ, SP, MG, MA e GO. Por ora iremos transcrever as matérias dos jornais como no livro se apresentam. Contudo, vale dizer, que GAGLIARDI (1989) recolheu matérias na coleção de jornais, a exemplo de *O Paiz* e *O Dia*, que se comparadas conferem em conteúdo e data com àquelas apresentadas por Leolinda em *Da Catechese dos...*

<sup>12</sup> Dabanharim aparece somente nessa matéria. Nas seguintes encontramos Dansan-equequá. Provavelmente refere-se à mesma pessoa. Os nomes entre parênteses são os denominados “cristãos”, que recebiam os indígenas aldeados após o batismo. O povo Xerente mantém seu próprio ritual de nomeação, a exemplo de outras etnias do grupo Jê, como a Krahô e a Apinajé.

<sup>13</sup> Tudo indica que essas demandas já eram solicitadas há quase três décadas, desde a época do imperador D. Pedro II. O líder Sliemtoi [Xerente], em 1868, também teria se deslocado até a capital para fazer idêntica reivindicação (Maybury-Lewis apud OLIVEIRA-REIS, 2001: 29). Leolinda registra que a vinda do líder à capital coincide com o mesmo ano em que o Imperador enviou o capuchinho italiano Frei Antonio de Ganges para realizar a catequese dos índios Xerente (DALTRO, 1920: 366).

<sup>14</sup> NAXARA (2004) ao revisitar o século 19 mostra um Brasil representado, então, no embate entre natureza e civilização. Brasil como fronteira a desbravar pelo ato de civilizar, tanto econômica, explorando suas riquezas, como culturalmente, cristianizando e inserindo seu povo e sua história no quadro de valores da cultura ocidental.

<sup>15</sup> Uma *hermenêutica do outro*. Ou seja, uma vez mais extrai efeitos de sentido da relação com o outro. A etnologia irá tornar-se uma forma de exegese que não deixou de fornecer ao Ocidente moderno com o que articular sua identidade numa relação com o passado ou o futuro, com o estranho ou a natureza. Seguindo esse entendimento, buscamos um ponto de intersecção entre história e etnologia na percepção de escrita e oralidade entendida por CERTEAU (1982).

<sup>16</sup> Quintino Antônio Ferreira de Souza, tido como um jornalista polêmico, se tornaria conhecido como Quintino Bocaiúva e foi diretor de *O Paiz* no período em que Leolinda estava preparando sua viagem (1896-97) para os sertões.

<sup>17</sup> A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), desde 2004, concede o diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro àquelas que tenham contribuído na Defesa dos Direitos da Mulher e nas questões de gênero. Vale enfatizar que Leolinda foi a Fundadora do Partido Republicano Feminino, em 1910. A obra de HAHNER (1981) é a primeira a revelar Leolinda em sua fase de sufragista (e feminista).

<sup>18</sup> Para compreendermos a atuação dos missionários, Paula Montero (2006) propõe uma teoria da mediação cultural porque entende que são agentes mediadores da dimensão política dos processos de ressignificação da ‘tradição’ indígena e não indígena.

<sup>19</sup> CORRÊA (2003), em *Antropólogas & Antropologia* usa o termo antropólogas, porque os estudos antropológicos naquele período eram também identificados como os “estudos de sociedades indígenas”, estando nessas características a identificação do trabalho das três personagens, que trata em sua obra, como antropólogas: Leolinda Daltro, Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres.

<sup>20</sup> Em nosso entendimento Leolinda fez o exercício de *codificação* - rememoração- ao selecionar, organizar e publicar os documentos e não uma compilação aleatória como propõe CORRÊA (2003).